

EDITAL
PREGÃO PRESENCIAL COCEL N.º 051/2015

A **COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA - COCEL**, por intermédio de sua Pregoeira **Sra. Simone Camillo**, designada pela Portaria n.º 01/2015, de 03/01/2015, torna público para conhecimento dos interessados que, nos termos da Lei n.º **10.520**, de 17/07/2002, pelo Decreto n.º **3.555**, de 08/08/2000, alterado pelos Decretos **3.693**, de 20/12/2000 e pelo Decreto **3.784**, de 06/04/2001, e subsidiariamente pela Lei **8.666**, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, bem como será observada as Leis Complementares n.º **123**, de 15/12/2006 em seus arts. 42 a 49, n.º **137** de 06 de julho de 2011, e a n.º **141** de 23 de janeiro de 2012, que realizará o **PREGÃO PRESENCIAL COCEL de n.º 051/2015 do tipo "MENOR PREÇO"**, para a **contratação de empresa especializada para prestação de serviço de consultoria no planejamento, análise da campanha de medida e definição da tipologia de carga, cálculo de fatores de responsabilidades para caracterização da carga do sistema elétrico, de acordo com o módulo 2 do Planejamento de expansão do Sistema Elétrico do PRODIST atendendo toda a seção 2.2, Caracterização de Carga e do Sistema Elétrico; bem como elaborar proposta de estrutura tarifária e simular a receita requerida**, em conformidade com as descrições e características constantes do ANEXO I do presente Edital.

1 – DA ABERTURA

1.1 A Abertura do presente Pregão dar-se-á em sessão pública, a ser realizada no dia e local indicado abaixo, de acordo com a legislação mencionada no preâmbulo deste Edital:

DATA DA ABERTURA: 02/10/2015.

HORA: 09:00 HORAS.

LOCAL: SALA DE REUNIÃO DA COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA-COCEL - RUA RUI BARBOSA, Nº 520, CENTRO, CAMPO LARGO – PR.

1.2 Na contagem de todos os prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

1.3 Ocorrendo à decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, todas as datas constantes deste Edital serão transferidas automaticamente, para o primeiro dia útil, ou de expediente normal, subsequente ao ora fixado.

1.4 Não será aceito protocolo de solicitação de expedição de documentos e certidões, para entrega em substituição aos documentos requeridos para a habilitação no presente Edital.

1.5 Será comunicado por escrito, às empresas que retirarem o Edital, e divulgado aos demais, pelos mesmos meios de divulgação inicial, qualquer alteração que importe em modificação de seus termos, que venha a ocorrer nele ou em seus anexos.

1.6 Em nenhuma hipótese serão recebidos envelopes de Documentação Complementar e Propostas fora do prazo estabelecido neste Edital, excetuadas as permissões legais.

1.7 Declarada a abertura da sessão pelo Pregoeiro, não mais serão admitidos novos proponentes, dando início ao recebimento dos envelopes. Será aberto o envelope de nº1, que contém a "Proposta de Preços", sendo feita a sua conferência e posterior rubrica.

2 – DO OBJETO

2.1 Constitui objeto do presente pregão a contratação de empresa especializada para prestação de serviço de consultoria no planejamento, análise da campanha de medida e definição da tipologia de carga, cálculo de fatores de responsabilidades para caracterização da carga do sistema elétrico, de acordo com o módulo 2 do Planejamento de expansão do sistema elétrico do PRODIST atendendo toda a seção 2.2, Caracterização de Carga e do Sistema Elétrico; bem como elaborar proposta de estrutura tarifária e simular a receita requerida, conforme indicado no anexo I deste Edital.

2.2 Os recursos destinados a esta licitação estão previstos no Orçamento anual do exercício de 2015.

Item orçamentário	Conta Contábil
13218	1984

3 – DA PARTICIPAÇÃO

3.1 Somente poderão participar do presente Pregão Presencial as empresas regularmente estabelecidas no País e que satisfaçam integralmente todas as exigências constantes deste Edital e seus anexos.

3.2 Não poderão participar deste pregão, os que se encontram em processo de falência, de dissolução, de fusão, de cisão ou de incorporação, que estejam cumprindo suspensão temporária de participação em licitação ou impedidos de contratar com a **COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA - COCEL**, ou que tenham sido declarados inidôneos para contratar com a Administração Pública conforme previsto nos incisos III e IV do art. 87 da Lei n.º 8.666/93.

3.3 Na presente licitação é vedada a participação de empresas em consórcio.

3.4 De acordo com o estabelecido no inciso III, do artigo 9º, da Lei 8.666/93, não poderá participar, direta ou indiretamente, da presente licitação qualquer pessoa que mantenha vínculo empregatício perante a **COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA - COCEL**, bem como proponente que possua empregado da **COCEL** no seu quadro de pessoal, inclusive na condição de dirigente ou sócio.

3.5 Não será permitida a participação de empresas distintas através de um único representante.

4 – DA IMPUGNAÇÃO E ESCLARECIMENTO DO ATO CONVOCATÓRIO

4.1 Qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do presente pregão, protocolizando pedido em até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para o recebimento das propostas, no endereço discriminado no subitem **17.14** deste Edital, cabendo ao Pregoeiro decidir sobre a petição até o prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

4.2 Caso seja acolhida à petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

4.3 A COCEL informará acerca dos esclarecimentos a todos os proponentes que tenham retirado o presente edital, à pessoa e endereço indicado pelo interessado por ocasião de sua retirada, disponibilizando-os, na Internet, no site www.cocel.com.br.

5 – DO CREDENCIAMENTO

5.1 Às empresas que participarem do presente Pregão, será permitido apenas 01 (um) representante legal que será o único admitido a intervir em nome da mesma, devendo se apresentar para credenciamento junto ao Pregoeiro, no horário determinado. Devidamente munido de documento que o credencie (modelo anexo IV) a participar deste procedimento licitatório, sendo que no ato da entrega dos envelopes, deverá identificar-se exibindo a Carteira de identidade ou outro documento equivalente, e ainda, efetuar a entrega da **DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE, DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO**, previstos no inciso VII do artigo 4º, da Lei 10.520/02, conforme (modelo anexo II).

5.2 Por credenciais entendem-se:

a) Habilitação do representante, mediante instrumento público de procuração, preferencialmente, ou instrumento particular com firma reconhecida, na forma do Código Civil, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente, acompanhada de cópia do ato (Contrato Social) de investidura do outorgante, no qual se declare, expressamente, ter poderes para a outorga (modelo anexo IV).

b) Caso seja sócio ou titular da empresa, apresentar documentos que comprovem sua capacidade de representar a mesma, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame. (Contrato Social ou Estatuto).

5.3 Estes documentos deverão ser apresentados ao Pregoeiro no início dos trabalhos, antes da abertura dos envelopes contendo Proposta e Documentação. Poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por Tabelião de Notas, ou por cópia não autenticada, desde que seja exibido o original, para confirmação pelo pregoeiro da COCEL, ou por publicações em órgãos da Imprensa Oficial, e serão recebidos condicionalmente pelo pregoeiro que se julgar necessário, verificará a sua autenticidade e veracidade.

5.4 A não apresentação, incorreção do documento de credenciamento ou ausência do representante, não importará na desclassificação da sua proposta no presente certame. Contudo, o proponente não poderá apresentar lances verbais, e nem fazer qualquer manifestação em nome da mesma na sessão de pregão.

6 – DOS ENVELOPES

6.1 Os envelopes com a “PROPOSTA” e “DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO”, deverão ser entregues ao Pregoeiro da COCEL, até a data, e horário estabelecidos no item I deste Edital, fechados por cola ou lacre, com as seguintes indicações:

a) ENVELOPE DE PROPOSTA:

COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA – COCEL

End: Rua Rui Barbosa, n.º 520

Pregão Presencial Cocel n.º 051/2015

Companhia Campolarguense de Energia – COCEL

Fone/Fax (0xx41) 2169-2121 - R. Rui Barbosa, 520 - Cx. Postal 715 - Campo Largo - PR - CEP 83.601-140
CNPJ 75.805.895/0001-30 - Inscrição Estadual 10802030-00

Cidade de Campo Largo, PR. – CEP 83601-140.
PREGÃO PRESENCIAL COCEL n.º 051/2015.
Data de abertura: **02/10/2015.**
Horário de abertura: **09:00 horas**
Conteúdo: Proposta de Preços/Envelope n.º 01.
Proponente:
CNPJ. N.º:

b) ENVELOPE PARA HABILITAÇÃO:

COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA – COCEL
End: Rua Rui Barbosa, n.º 520
Cidade de Campo Largo, PR. – CEP 83601-140.
PREGÃO PRESENCIAL COCEL n.º 051/2015.
Data de abertura: **02/10/2015.**
Horário de abertura: **09:00 horas**
Conteúdo: Documentos para Habilitação/Envelope n.º 02.
Proponente:
CNPJ. N.º:

6.2 O n.º do CNPJ. informado na parte externa do envelope, servirá de base para consulta “on line” ao cadastramento da COCEL .

6.3 Juntamente com os envelopes de proposta e documentação, deverá ser entregue ao Pregoeiro, **DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE, DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO**, sem a qual ficará a empresa interessada impedida de participar do certame.

6.4 As microempresas ou empresas de pequeno porte, para utilizarem dos benefícios introduzidos pela Lei Complementar n.º 123/06, de 14 de dezembro de 2006, deverão comprovar sua condição através da apresentação de **DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, conforme (modelo anexo V), a qual deverá ser entregue ao pregoeiro juntamente com os documentos descritos no item **6.3** do Edital.

7 – DA PROPOSTA DE PREÇO (ENVELOPE N.º 1)

7.1 O envelope “PROPOSTA DE PREÇO” deverá conter a proposta do proponente, a qual deverá ser apresentada conforme modelo de proposta que integra o (modelo anexo VI) do presente Edital, observando-se as seguintes disposições:

- a) Ser apresentada em uma via, em língua portuguesa, salvo quanto a expressões técnicas de uso corrente, em papel timbrado do proponente ou com o n.º do **CNPJ**, sem ressalvas, emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devendo suas folhas ser numeradas e rubricadas e a última assinada por seu representante legal;
- b) O preço proposto deverá ser expresso em Real (R\$), em algarismo e por extenso, devendo ser apresentado o valor unitário por centímetro de coluna, não se admitindo cotação em moeda estrangeira;
- c) No preço proposto e nos lances que oferecer, já deverá estar incluído todos os custos necessários para o fornecimento do objeto da licitação, bem como todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes,

seguros e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado;

d) Conter prazo de validade de 60 (sessenta) dias, no mínimo, contados a partir da data da abertura da proposta;

e) Serão classificadas as propostas que apresentarem preço unitário igual ou inferior ao preço máximo descrito no Anexo I do presente Edital.

7.2 Apenas para efeito de ordenamento de valor da proposta, ocorrendo discordância entre o preço expresso em algarismos e por extenso, será considerado este último.

7.3 O preço inicial proposto será de exclusiva responsabilidade do proponente, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração do mesmo, alegando erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

8 – DA HABILITAÇÃO (ENVELOPE N.º 2)

8.1 Do envelope n.º 02 – “DA HABILITAÇÃO”, deverão constar os seguintes documentos, válidos na data de abertura desta licitação:

8.1.1 - Para comprovação da habilitação jurídica:

- a) registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) ato constitutivo em vigor, Estatuto e Ata de Assembléia Geral e respectivas alterações, devidamente registrados, no caso de sociedades por ações, acompanhados dos documentos de eleição de seus atuais administradores;
- c) ato constitutivo em vigor, Contrato Social e respectivas alterações, devidamente registrados, no caso de sociedades por quotas de responsabilidade limitada;
- d) inscrição do ato constitutivo em vigor, Estatuto e Ata de Assembléia Geral ou Contrato Social, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício;
- e) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País;
- f) declaração de cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores), nos termos da Lei n.º 9.854, de 27/10/99 (modelo Anexo III);
- g) Microempresa e ou Empresa de Pequeno Porte, se optar em usufruir dos benefícios da Lei Complementar 123, de 14/12/2006, deverá apresentar Certidão expedida pela Junta Comercial ou Prova da inscrição no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições – Simples Nacional, que comprove a condição de Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP). Em se tratando de sociedade simples, o documento á comprovar a condição de Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP) deve ser expedido pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas.

8.1.2 - Para comprovação da regularidade fiscal:

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) prova de inscrição no cadastro de contribuinte estadual, relativo ao domicílio ou sede do proponente, pertinente ao ramo de atividade e compatível com o objeto a ser cotado pelo proponente;
- c) prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante apresentação de Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais, inclusive a relativa à Seguridade Social, expedido pela Secretaria da Receita

Federal, do domicílio ou sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da lei, ou CND da UNIÃO e SEGURIDADE SOCIAL;

d) prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, mediante apresentação de Certidão de Regularidade Fiscal, expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda, do domicílio ou sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da lei;

e) prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, mediante apresentação de Certidão de Regularidade Fiscal, expedida pela Secretaria Municipal da Fazenda, do domicílio ou sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da lei;

f) prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

g) **prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão, nos termos da Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011 (certidão emitida via internet).**

8.1.3 - Para comprovação da qualificação técnica:

a) Pelo menos um atestado, em nome da interessada, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, explicitando o serviço prestado ou o fornecimento realizado, de acordo com o objeto da presente licitação, bem como o nome, endereço, telefone e fax do atestante.

8.1.4 - Para a comprovação da qualificação econômico-financeira:

a) Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis, já exigíveis, referente ao último exercício social, assinados pelos administradores da empresa e por contabilista legalmente habilitado, observadas as seguintes determinações:

- No caso de sociedades anônimas, cópia autenticada da publicação do Balanço em Diário Oficial ou jornal de grande circulação da sede do licitante;
- Para as demais formas societárias, o balanço patrimonial deverá ser acompanhado dos termos de abertura e de fechamento do Livro Diário, devidamente registrados;

- Para microempresas e empresas de pequeno porte inscritas no SIMPLES, a exigência pertinente a balanço patrimonial será atendida mediante a apresentação do resumo de suas demonstrações contábeis, e

- Tratando-se de empresa constituída no corrente exercício, ou que não completaram seu primeiro exercício social, poderá apresentar o balancete referente ao mês imediatamente anterior à data de publicação do Edital, obedecido os aspectos legais e formais de sua elaboração.

b) certidão negativa dos cartórios de registro de falências do local da sede do proponente.

8.1.5 - O Certificado de Registro Cadastral, fornecido pela COCEL, válido na data de abertura desta licitação, substituirá a apresentação dos documentos exigidos nos itens: - 8.1.1 nas alíneas "a", "b", "c", "d", "e"; - 8.1.2 nas alíneas "a", "b", "c", "d", "e", "f", "g"; "h"; - 8.1.4 nas alíneas "a" e "b". Os proponentes ficam obrigados a apresentar, na fase de habilitação do procedimento licitatório, os documentos válidos em substituição àqueles que estejam vencidos e que deram origem à emissão do Certificado de Registro Cadastral da COCEL (CRC). O Certificado de Registro Cadastral da COCEL (CRC) da matriz não dispensa as filiais da apresentação de CRC próprio.

Para os documentos sem data de validade será considerado prazo de 90 (noventa) dias contados a partir da data de sua emissão (atestados de fornecimento/serviço continuam sem data de vencimento/expiração, a menos que esteja determinado em seu texto).

8.1.6 - Os documentos necessários à habilitação do proponente deverão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por cópia não autenticada, desde que seja exibido o original, para confirmação e autenticação por parte do(a) PREGOEIRO(A)/EQUIPE DE APOIO, ou publicação em órgão de imprensa oficial.

8.1.7 - As empresas que não apresentarem todos os documentos exigidos, ou apresentarem incompletos, incorretos, serão consideradas inabilitadas.

8.1.8 - As microempresas e empresas de pequeno porte, devem apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição:

a) Havendo alguma restrição na comprovação de regularidade, será assegurado o prazo de 02 (dois) dias úteis, cujo termo inicial será contado do momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

b) A não regularização da documentação, no prazo previsto, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

9 – DO RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES

9.1 No dia, hora e local designado neste Edital, na presença dos representantes dos proponentes e demais pessoas que queiram assistir ao ato, o PREGOEIRO receberá dos representantes credenciados a **DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE, DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO**, as microempresas ou empresas de pequeno porte, que optarem em utilizar os benefícios da Lei Complementar nº 123/06, de 14 de dezembro de 2006, deverão apresentar a **DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, e, em envelopes distintos, devidamente fechados e rubricados nos fechos, as propostas de preços e a documentação exigida para habilitação das licitantes, registrando em ata a presença dos participantes.

9.2 Quando os envelopes forem enviados pelo Correio ou outro meio que não seja o seu representante legal, as empresas interessadas em participar do certame licitatório, deverão enviar além dos envelopes citados no item 7.1, outro envelope contendo a **DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE, DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO**, previsto no inciso VII do artigo 4º, da Lei 10.520/02, entregue de acordo com o horário estabelecido neste Edital, para abertura da licitação, sob pena de estar impedido de participar do certame licitatório.

9.3 Declarada aberta a sessão pelo(a) Pregoeiro(a), não mais serão admitidos novos proponentes, dando-se início aos trabalhos do pregão.

9.4 Primeiramente serão abertos os envelopes contendo as PROPOSTAS DE PREÇOS, sendo verificada sua conformidade e posterior rubrica.

9.5 Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo(a) Pregoeiro(a).

9.6 A apresentação da proposta implicará na plena aceitação, por parte do proponente, das condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

9.7 Os envelopes contendo documentos de habilitação, que não forem abertos durante o certame, serão disponibilizados, fechados, aos respectivos proponentes, após a formalização da contratação.

10 – DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

10.1 Será desclassificada a proposta que, para sua viabilização, apresente vantagens ou subsídios que não estejam previamente autorizados em lei e à disposição de todos os concorrentes, assim como, a que não se encontre em conformidade com os requisitos estabelecidos no presente Edital.

10.2 O(A) PREGOEIRO(A) informará aos participantes presentes quais proponentes apresentaram propostas de preço para fornecimento do objeto da presente licitação e os respectivos valores apresentados.

10.3 Serão classificadas pelo(a) Pregoeiro(a), o proponente que apresentar a proposta de menor preço e as demais cujas propostas estejam com preços superiores em até 10% (dez por cento) em relação à de menor preço, conforme disposto no inciso VIII do artigo 4º da Lei nº 10.520/02, para lances verbais.

10.3.3 Caso não haja, no mínimo, 03 (três) propostas de preços nas condições definidas no subitem anterior, o(a) Pregoeiro(a) classificará as melhores propostas, até que haja no máximo 03 (três), quaisquer que sejam os preços ofertados, conforme disposto no inciso IX da Lei nº 10.520/02.

10.4 Os proponentes classificados conforme estabelecido no subitem 10.3 ou 10.3.1, será dada oportunidade para disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes em relação ao menor lance oferecido pelos demais licitantes.

10.5 O(A) Pregoeiro(a) convidará individualmente as licitantes classificadas, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir da proposta classificada de maior preço e, as demais, em ordem decrescente de valor.

10.6 A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo(a) Pregoeiro(a), implicará na exclusão do proponente da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo mesmo, para efeito de classificação final das propostas para o item em disputa.

10.7 Caso não mais se realize lance verbal, será encerrado a etapa competitiva e classificadas as ofertas, a partir da proposta de menor preço.

10.8 O(A) Pregoeiro(a) examinará a aceitabilidade do preço ofertado da primeira classificada, procedendo a negociação, se for o caso, e decidindo motivadamente a respeito.

10.9 Será dado o direito de preferência para MICROEMPRESA e EMPRESA DE PEQUENO PORTE, para apresentar nova proposta no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão, desde que seu último lance esteja no intervalo de 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço, conforme determina o art. 44, § 2º da Lei Complementar nº 123/06.

10.10 Sendo aceitável a proposta de menor preço, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação da proponente que a tiver formulado, para confirmação da sua condição habilitatória.

10.11 Constatado o atendimento pleno das exigências do Edital, o(a) (Sr.(a) Pregoeiro(a)) declarará vencedor(a), podendo ser adjudicado o objeto da presente licitação.

10.12 Se o proponente desatender às exigências habilitatórias, o(a) Pregoeiro(a) examinará a oferta subsequente, na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda essas condições, sendo a respectiva declarada vencedora, e a ela adjudicado o objeto do certame.

10.13 O(A) pregoeiro(a) deverá negociar diretamente com o proponente, quando o preço não for aceitável, para que seja obtido preço melhor, nas situações previstas nos subitens 10.8, 10.9 e 10.11.

10.14 Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, deverá ser assinada pelo(a) Pregoeiro(a), pela Equipe de Apoio e pelos representantes dos proponentes presentes. Os envelopes das demais proponentes ficaram de posse da COCEL, que os devolverá após atendimento do objeto licitado, ou os incinerará caso não seja retirado no prazo de 30 dias, após resultado final do pregão.

10.15 Em caso de divergência entre informações contidas em catálogos ou impressos explicativos e na proposta específica, prevalecerá a da proposta. Em caso de divergência entre informações contidas nos documentos exigidos pelo Edital e em outros apresentados, porém não exigidos, prevalecerão às primeiras.

10.16 Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente as penalidades cabíveis.

10.17 O(A) proponente vencedor(a) deverá apresentar, em até 3 (três) dias úteis após o comunicado da aprovação da habilitação, a PROPOSTA COMERCIAL redigida em português, assinada pelo seu representante legal, devidamente identificado, com os respectivos valores ajustados ao valor adjudicado (menor preço) na sessão pública do Pregão, em papel timbrado ou personalizado, contendo razão social completa do proponente, endereço, telefone, fax e e-mail da empresa, no seguinte endereço:

- SALA DA DIVISÃO DE LOGÍSTICA E COMPRA DA COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA - COCEL - RUA RUI BARBOSA, 520, CENTRO, CAMPO LARGO – PR.

10.18 Após a adjudicação pelo(a) Pregoeiro(a), do objeto da licitação, o processo será encaminhado devidamente instruído, para homologação do Diretor Administrativo da COCEL.

11 – DAS CONDIÇÕES GERAIS A SEREM ATENDIDAS

11.1 A empresa CONTRATADA fica obrigada ao cumprimento, dentre outros, dos itens constantes da cláusula Sexta da Minuta de Contrato em anexo.

12 – DO CONTRATO

12.1 Será firmado contrato entre a COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA – COCEL, e a empresa vencedora, conforme minuta anexa a este Edital, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da intimação para assinatura do mesmo, relativo ao fornecimento do objeto deste Edital.

12.2 Farão parte integrante do contrato todos os elementos apresentados pelo proponente vencedor que tenham servido de base para a presente licitação, bem como as condições estabelecidas neste Edital e Anexos.

12.3 O extrato do contrato será publicado no Diário Oficial do Município de Campo Largo.

12.4 Caso o proponente selecionado, venha a desistir da assinatura do Contrato, hipótese prevista no art. 81 da Lei nº 8.666/93, a COCEL reserva-se no direito de aplicar, no que couber, as sanções previstas no art. 87 da mencionada lei.

13 - DA EXECUÇÃO

13.1 A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por um representante da COCEL, especialmente designado pelo Diretor Técnico.

13.2 A fiscalização será exercida no interesse da COCEL e não exclui e nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidade, e, na sua ocorrência, não implica co-responsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

13.3 O(A) Contratado(a) fica obrigado(a) a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessário sobre o objeto da presente licitação, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do Contrato.

14 – DO PAGAMENTO e PRAZOS

14.1 - O prazo para a execução dos serviços, objeto do presente pregão, é de 11 (onze) meses, de acordo com o cronograma da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, considerando a entrega das medições, iniciando na assinatura do contrato, podendo ser prorrogado, a critério da COCEL, para até 24 (vinte e quatro) meses, conforme faculta o art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

14.2 - Em caso de prorrogação do prazo de execução dos serviços, o valor pela execução do objeto da presente licitação será reajustado para os próximos 12 (doze) meses, tomando-se os valores e corrigindo monetariamente pelo IGPM/FGV ou outro índice que vier a substituí-lo.

14.3 - O pagamento pelo objeto da presente licitação será realizado no valor de 11 (onze) parcelas mensais e iguais, mediante apresentação da nota fiscal na sede da COCEL, mediante a comprovação e medição apuradas pelo Gestor do Contrato.

14.4 - O preço pelo qual será contratado o objeto da presente licitação, não sofrerá reajuste.

14.5 - A Proponente vencedora deverá comparecer na sede da COCEL para assinar o respectivo contrato no prazo previsto na notificação que lhe for enviada, sob pena de decair o direito à contratação, conforme disposto no artigo 64, da Lei 8.666/93.

14.6 - O licitante vencedor será responsável pela execução do objeto desta licitação, pelos preços, prazos e condições apresentadas.

14.7 O CNPJ constante da Nota Fiscal deverá ser o mesmo constante da Proposta, bem como o indicado para consulta durante a fase de habilitação.

15 – DAS SANÇÕES

15.1 O proponente que ensejar o retardamento dos trabalhos do certame licitatório, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, sendo garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a COCEL, pelo prazo de 05 (cinco) anos, ou pelo prazo que

permanecerem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

15.2 Pelo atraso ou inexecução, total ou parcial, do objeto contratado, erro, imperfeição, inadimplemento ou não veracidade das informações prestadas, a empresa adjudicatária estará sujeita, segundo a extensão da falta cometida, às sanções previstas no artigo 86 e 97, da Lei 8.666/93 e da Lei 10.520/02, garantida prévia defesa.

- Advertência;

- Multa(s), que deverá(ão) ser paga(s) a COCEL, ou descontadas de valores a receber, de acordo com informações fornecidas pela Administração:

- a) De 1% (um por cento) do valor do Contrato, pelo descumprimento dos prazos de publicação dos objetos previstos neste Edital;

- b) De 10% (dez por cento) do valor do contrato, no caso de inexecução parcial ou total do contrato.

- Ficará impedido de participar em licitação e de contratar com a COCEL, por prazo de 05 (cinco) anos, com base na Lei 10.520/02 e Decreto 3.555/00.

- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a sanção, depois do ressarcimento à Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

15.3 No processo de aplicação de sanções é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

15.4 Se o valor da penalidade não for pago administrativamente, será cobrado judicialmente.

16 – DOS RECURSOS

16.1 Ao final da sessão, qualquer proponente poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de interpor recurso, com registro em ata da síntese das suas razões, podendo juntar memoriais no prazo de 03 (três) dias úteis, ficando os demais proponentes desde logo intimadas para apresentar contrarrazões em igual prazo, que começarão a correr do término do prazo do recorrente.

16.2 A falta de manifestação imediata e motivada do proponente importará a decadência do direito de recurso.

16.3 Em caso de recurso o Pregoeiro poderá suspender a adjudicação do objeto ao vencedor, até a decisão de mérito do recurso.

16.4 O recurso contra decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.

16.5 O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

16.6 A manifestação do recurso deverá ser feita na própria sessão do pregão e será reduzida a termo em ata.

16.7 Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, o Pregoeiro adjudicará a licitação ao vencedor e encaminhará o processo para homologação da autoridade superior.

16.8 Dos atos da Administração após a celebração do Contrato, decorrente da aplicação da Lei n.º 8.666/93, caberá:

- Recurso dirigido ao Diretor Presidente da COCEL, interposto no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato, a ser protocolado no endereço referido no subitem 19.14 deste Edital, nos casos de:

- a) Anulação ou revogação da licitação;
 - b) Rescisão do Contrato, a que se refere o inciso I do artigo 79 da Lei nº 8.666/93;
 - c) Aplicação das sanções de advertência, multa ou suspensão temporária.
- Representação, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da intimação de decisão relacionada com o objeto da licitação ou do Contrato, de que não caiba recurso hierárquico.

16.9 – O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhá-lo devidamente informado àquela autoridade. Neste caso, a decisão deverá ser proferida dentro de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento de recurso, sob pena de responsabilidade (§ 4º do artigo 109 da Lei nº 8.666/93).

17 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1 O presente Edital e seus anexos, bem como a proposta do proponente vencedor, serão partes integrantes do instrumento contratual, independentemente de transcrição.

17.2 Caberá ao(a) Pregoeiro(a) definir o tempo de que dispõem os licitantes para oferecerem seus lances verbais.

17.3 Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

17.4 Nenhuma indenização será devida aos proponentes pela elaboração ou pela apresentação de documentação exigida pelo presente Edital, cujo desconhecimento não poderá alegar.

17.5 A apresentação das propostas implicará na plena aceitação, por parte do proponente, das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

17.6 O Diretor Presidente da COCEL poderá revogar a presente licitação em face de razões de interesse público, derivado de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício, ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

17.7 Os recursos ou impugnações interpostos fora dos prazos não serão conhecidos.

17.8 É facultada ao(a) Pregoeiro(a) ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

17.9 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública de pregão.

17.10 As normas que disciplinam este pregão serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público e a segurança jurídica da contratação.

17.11 No caso de alteração deste Edital no curso do prazo estabelecido para o recebimento das propostas de preços e documentos de habilitação, este prazo será reaberto, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

17.12 Será competente o Foro da Comarca de Campo Largo, para solução das questões oriundas do presente Edital.

17.13 Os participantes da presente licitação autorizam a filmagem e gravação dos trabalhos desenvolvidos durante a presente seção.

17.14 Quaisquer dúvidas existentes sobre o disposto no presente Edital deverão ser objeto de consulta, por escrito, ao Pregoeiro da COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA-COCEL, na Rua Rui Barbosa, n.º 520, em Campo Largo, Paraná, até 02 (dois) dias anteriores à data de abertura da licitação, as quais serão respondidas, igualmente por escrito, por meio de circular encaminhada a todos os interessados. Demais informações poderão ser obtidas através do email simone@cocel.com.br ou pelos telefones (0xx-41) 2169-2114 e 2169-2144.

17.15 As cópias do Edital e seus anexos serão entregues no endereço citado anteriormente, nos horários de 8:30 às 11:30 e de 13:30 às 16:30 horas, ou podendo ser retirado no site www.cocel.com.br.

17.16 A adjudicação do resultado desta licitação não implica em direito à obrigatoriedade de ser adquirido o objeto pretendido.

17.17 Aos casos omissos aplicam-se as demais disposições da Lei n.º 8.666/93 e na legislação vigente.

17.18 Fazem parte integrante deste Edital os seguintes anexos:

- Anexo I – Termo de Referência;
- Anexo II – Modelo de Declaração de Idoneidade, de cumprimento dos requisitos de habilitação, e de inexistência de fato impeditivo;
- Anexo III - Modelo de Declaração de Observância ao disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal;
- Anexo IV - Modelo de procuração de representante legal para credenciamento;
- Anexo V – Declaração de Microempresa e ou Empresa de Pequeno Porte;
- Anexo VI – Modelo para apresentação da Proposta;
- Anexo VII – Minuta de Contrato.

Campo Largo, 17 de setembro de 2015.

**SIMONE CAMILLO
PREGOEIRA**

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

Constitui objeto do Pregão Presencial n.º 051/2015, a contratação de empresa especializada para prestação de serviços, conforme descrição abaixo, a qual deverá apresentar, obrigatoriamente, as seguintes características:

LOTE ÚNICO – Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de consultoria no planejamento, análise da campanha de medida e definição da tipologia de carga, cálculo de fatores de responsabilidades para caracterização da carga do Sistema Elétrico, de acordo com o módulo 2 do Planejamento de expansão do Sistema Elétrico do PRODIST atendendo toda a seção 2.2, Caracterização de Carga e do Sistema Elétrico; bem como elaborar proposta de estrutura tarifária e simular a Receita requerida (parcela B ¹, parcela A e itens financeiros).

ATIVIDADES

1. Estrutura Tarifária

i. **Caracterização da Carga:** inclui o suporte à Campanha de Medidas, com análise da sazonalidade da carga e período de carga máxima do sistema e definição da melhor época de medição, definição e sorteio da amostra, acompanhamento da execução da campanha, análises das medições e definição das curvas típicas.

O orçamento deve incluir análise de amostra BT de até 950 UC's.

Dever incluir também a elaboração dos Relatórios de Campanha de medidas e de Tipologia de Carga com estruturação dos dados no padrão solicitado pela ANEEL, em atendimento às regras definidas no PRODIST.

ii. **Cálculo dos Custos das Redes:** a Consultoria deverá orientar o levantamento das informações necessárias ao cálculo do custo de reposição para o cálculo dos custos das redes de distribuição por nível de tensão. Os consultores deverão orientar a COCEL no atendimento a todas as solicitações da ANEEL no que se refere ao cálculo dos Custos médios das redes.

iii. **Cálculo dos Custos de Uso do Sistema de distribuição:** A partir dos custos de reposição das redes e da caracterização da carga de cliente e redes deverão ser calculados pelos consultores os Custos de Uso do Sistema de Distribuição de cada cliente tipo. Nesta etapa, se necessário, deverão ser realizadas simulações dos custos com redes desmoduladas para avaliação da melhor alternativa para proposta do sinal econômico.

iv. **Proposta de estrutura tarifária:** Definidos os Custos de Uso do sistema de distribuição deverão ser feitas as simulações de impacto tarifário, e elaborada

¹ Não inclui Base de Remuneração

proposta de Estrutura tarifária em conjunto com a equipe da COCEL, considerando a definição do "período de ponta"; relação entre os postos Ponta e Fora de ponta para tarifas da alta tensão e também propostas para a tarifa Branca, considerando as flexibilizações permitidas pelo regulador.

v. **Suporte à contribuição na Audiência Pública** : A consultoria deverá analisar a contraproposta da ANEEL referente à Estrutura Tarifária dando suporte técnico à contribuição da concessionária na Audiência Pública até o fechamento do processo de revisão, inclusive no caso de recurso administrativo.

2. Perdas Técnicas regulatórias

i. **Extração dos dados**: A consultoria deverá orientar a COCEL para a extração dos dados do sistema o qual a rede de distribuição está representada.

ii. **Análise de compatibilidade da rede elétrica**: a consultoria deverá realizar análise prévia para verificação da integridade física da rede (faseamento, ilhamentos, conexões e outros).

iii. **Simulação prévia das perdas técnicas regulatórias**: a consultoria deverá realizar a simulação prévia antes da entrega das informações à ANEEL.

iv. **Preparação dos dados para exportação no formato ANEEL.**

v. **Suporte à contribuição na Audiência Pública**: A consultoria deverá analisar a contraproposta da ANEEL referente à definição das Perdas Regulatórias dando suporte técnico à contribuição da concessionária na Audiência Pública até o fechamento do processo de revisão , inclusive no caso de recurso administrativo.

3. Nível tarifário – Cálculo da Receita requerida

i. **Cálculo da Parcela A**: Considerando as regras previstas no Contrato de Concessão e nos PRORET's, e considerando modelo da Consultoria deverão ser calculados os itens de custo:

- ii.
 - 1. Base Econômica:
 - a. Compra de Energia – CE: considerando os contratos de energia, regras de limites de repasse e as perdas regulatórias definidas no módulo anterior;
 - b. Transporte de Energia- CT: considerando as regras de repasse dos itens de custo como CUST, CUSD, Conexão, os que houverem;
 - c. Encargos setoriais – CES: considerando os valores homologados para a COCEL.

2. Base Financeira:
 - a. Contas de Valores da Parcela A- CVA: considerando a regulamentação vigente, conferindo os valores acompanhados pela empresa e simulando valores a serem considerados no processo;
 - b. Neutralidade de encargos: considerando a regulamentação vigente, conferindo os valores acompanhados pela empresa e simulando valores a serem considerados no processo;
 - c. Saldo da CVA a compensar do ano anterior: considerando a regulamentação vigente, conferindo os valores acompanhados pela empresa e simulando valores a serem considerados no processo;
 - d. Sobrecontratação e ajuste financeiro de curto prazo, se houver;
 - e. Demais itens.

iii. **Cálculo da Parcela B:** Considerando a metodologia aprovada para o 4º CRTP, a consultoria deverá calcular com base nas informações da COCEL:

1. Para a definição do CO:
 - a. Custos Operacionais- CO;
 - b. Receitas Irrecuperáveis- RI;
 - c. Outras receitas – OR.
2. Para a definição do CAA, considerando a Base de Remuneração Regulatória e o percentual de depreciação regulatória apurada pela COCEL:
 - a. Remuneração do Capital – RC;
 - b. Quota de Reintegração Regulatória- QR;
 - c. Custo Anual dos Bens Móveis e Imóveis-CAIMI.

iv. **Definição da Receita Requerida:** Cálculo da Receita Requerida, da Receita Verificada e do índice final de Reposicionamento.

v. **Suporte à contribuição na Audiência Pública:** A consultoria deverá analisar a contraproposta da ANEEL referente à definição dos itens acima referentes ao Nível tarifário e definição da Receita requerida², dando suporte técnico à contribuição da concessionária na Audiência Pública até o fechamento do processo de revisão. inclusive no caso de recurso administrativo.

4. Análise de impacto

i. **Abertura Tarifária:** Considerando a estrutura definida e o nível de receita a consultoria deverá simular a abertura das tarifas nas componentes tarifárias por item de custo da TUSD e TE, na Base econômica, Base financeira e CVA.

ii. **Análise de Impacto:** Com o mercado do período de referência referente as componentes de TUSD e TE e as tarifas definidas a consultoria deverá apurar o efeito para os clientes por tensão e subgrupo tarifário.

² Exceto questões de Base de Remuneração e quota de depreciação não cobertos neste escopo

iii. **Controle de financeiros ciclo 2016-2017**: A consultoria deverá elaborar planilha de controle de financeiros para o ciclo posterior.

Cronograma geral

Considera o serviço de consultoria/assessoria iniciando-se em outubro de 2015 com acompanhamento da Campanha de medidas até o final da RTP- Revisão Tarifária Periódica conforme Submódulo 10.1 do PRORET, atendendo os prazos definidos neste modulo, para encaminhar os dados para Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, estendendo-se até final do prazo recursal da RTP 2016.

PREÇO MÁXIMO: R\$ 172.766,67 (Cento e setenta e dois mil, setecentos e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos).

Prazo de execução: O prazo para a execução dos serviços, objeto do presente pregão, é de 11 (onze) meses, de acordo com o cronograma da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, considerando a entrega das medições, iniciando na assinatura do contrato, podendo ser prorrogado, à critério da COCEL, até 24 (vinte e quatro) meses, conforme faculta o art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

Forma de Pagamento: O pagamento pelo objeto da presente licitação será realizado em 11 (onze) parcelas mensais e iguais, mediante apresentação da nota fiscal na sede da COCEL, apuráveis através da competente medição e fiscalização do Gestor do Contrato.

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE, DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO.

.....(Empresa)....., CNPJ nº, por intermédio do seu representante legal abaixo assinado, **DECLARA** sob as penalidades legais, para fins de participação no **PREGÃO PRESENCIAL COCEL nº 051/2015**, que:

- Que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, previsto no inciso VII do artigo 4º, da Lei nº 10.520/02;
- Os documentos que compõem o Edital foram colocados à disposição e tomou conhecimento de todas as informações, condições locais e grau de dificuldade do cumprimento do objeto;
- Aceita participar do Presente Pregão, nas condições estipuladas neste Edital e, caso vencedor, assume integralmente a responsabilidade pelo fornecimento do seu objeto;
- Não se encontra inidônea para licitar ou contratar com órgãos da Administração Pública;
- Cumpre plenamente todos os requisitos de habilitação exigidos nesta licitação e inexistente fato impeditivo para tal.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

_____, em ____ de _____ de 20__.

(assinatura do proponente)

Obs.: Esta declaração deverá ser apresentada juntamente com a Procuração (Anexo IV deste edital).

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE OBSERVÂNCIA AO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ARTIGO 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

.....(Empresa)....., CNPJ nº, por intermédio do seu representante legal abaixo assinado, **DECLARA** sob as penalidades legais, para fins de participação no **PREGÃO PRESENCIAL COCEL nº 051/2015**, na forma e sob as penas impostas pela Lei n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

OBSERVAÇÃO: **Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz?** **SIM () NÃO ().**

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

_____, em ____ de _____ de 20__.

(assinatura do proponente)

ANEXO IV

PROCURAÇÃO

(Empresa) com sede (endereço), (CNPJ), neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is), ao final assinado(s), nomeia e constitui seu bastante procurador, (nome), (qualificação), (RG), (CPF), (residência), ao qual outorga(m) poderes específicos para representar a outorgante no **PREGÃO PRESENCIAL COCEL n.º 051/2015**, em especial para formular lances, manifestar intenção de interpor recursos ou declinar do direito de fazer uso do mesmo, enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao referido PREGÃO, podendo ainda requerer, impugnar, desistir, assinar qualquer tipo de documento ou instrumento, que for necessário ao fiel cumprimento deste mandato.

Local, dia/mês/ano.

(Assinatura)
(nome e cargo do representante legal)

A procuração acima deverá ser apresentada em separado dos envelopes, diretamente ao(a) pregoeiro(a) acompanhada de documento de Identificação, pelo representante designado pela proponente para a participação no referido certame.

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE - MODELO

Declaramos, sob as penalidades da lei, que a empresa está inscrita como **MICROEMPRESA E OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, não estando incurso em nenhuma condição de que impeça de usufruir dos benefícios da Lei Complementar 123, de 14/12/2006, para licitar ou contratar com a Administração Pública.

....., de de

.....
(Assinatura do representante legal da empresa)

Obs.: Esta declaração somente deverá ser apresentada junto com a credencial, se a empresa estiver registrada como microempresa e empresa de pequeno porte, e não tiver nenhum impeditivo de beneficiar-se da Lei Complementar 123, de 14/12/2006, e quiser usufruir dos benefícios desta lei.

ANEXO VI

PROPOSTA

À

COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA - COCEL
Ref.: PREGÃO PRESENCIAL COCEL n.º 051/2015.

Prezados Senhores:

Tem a presente a finalidade de apresentar à V. Sas., a nossa proposta para prestação de serviço de consultoria no planejamento, análise da campanha de medida e definição da tipologia de carga e cálculo de fatores de responsabilidades para caracterização da carga do sistema elétrico, de acordo com o módulo 2 do Planejamento de expansão do sistema elétrico do PRODIST atendendo toda a seção 2.2, Caracterização de Carga e do Sistema Elétrico; bem como elaborar proposta de estrutura tarifária e simular a Receita requerida, de acordo com as características constantes do Anexo I do Edital de **Pregão Presencial COCEL n.º 051/2015.**

1. que assumimos inteira responsabilidade pela execução do objeto da licitação modalidade pregão presencial 051/2015 e que nos sujeitamos as condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
2. que o prazo de validade da Proposta, contado a partir da data de sua apresentação, é de 60 (sessenta) dias;
3. que todas as despesas com a preparação e a apresentação da presente Proposta, correrão unicamente por nossa conta;
4. que concordamos em firmar o contrato para fornecimento do objeto relacionado nesta proposta, pelo respectivo preço proposto;
5. que o edital reuniu todas as informações necessárias, de forma satisfatória, bem como foram prestados os esclarecimentos pertinentes, permitindo-nos elaborar a presente proposta completa e total;
6. que o preço ofertado é de R\$ (.....);
7. declaramos que confirmaremos com nova proposta, no prazo de 03 (três) dias úteis, se forem apresentados lances com novos preços, e julgado como vencedor do certame;
8. declaramos que, nos preços estão incluídos os custos diretos e indiretos, bem como administração, lucro e imprevistos, inclusive todos os tributos sujeitos em decorrência da presente Proposta;

Pregão Presencial Cocel n º 051/2015

Companhia Campolarguense de Energia – COCEL

Fone/Fax (0xx41) 2169-2121 - R. Rui Barbosa, 520 - Cx. Postal 715 - Campo Largo - PR - CEP 83.601-140
CNPJ 75.805.895/0001-30 - Inscrição Estadual 10802030-00

9. que concordamos com as demais disposições do Edital, e reconhecemos à **COCEL**, o direito de aceitar ou rejeitar a proposta, sem que nos assista qualquer direito indenizatório.

Local e data.

Assinatura do proponente
Representante Legal da Empresa, ou procurador para tal fim anexado o
respectivo instrumento.

Dados da empresa para formalização do contrato caso sejamos vencedor:

Razão Social: _____
Endereço: _____
Cidade: _____ UF: _____ CEP: _____
Telefone: _____ Fax: _____
CNPJ: _____ Insc. Est.: _____

REPRESENTANTE LEGAL:

Nome: _____
Endereço: _____
Cidade: _____ UF: _____ CEP: _____
CPF/MF: _____ Cargo/Função: _____
CIRG N.º: _____ Expedida por: _____

ANEXO VII

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS EM CONSULTORIA E
PLANEJAMENTO PARA A REVISÃO
TARIFÁRIA, QUE ENTRE SI CELEBRAM
A COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE
ENERGIA - COCEL E**

A **COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA - COCEL**, concessionária de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, sediada na Rua Rui Barbosa, 520, Campo Largo - PR, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 75.805.895/0001-30, na forma de seu estatuto social, neste ato representada, pelo seu Diretor Presidente **EMIDIO PIANARO JUNIOR**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº 1.446.983-4/PR, inscrito no CPF/MF sob o n.º 302.022.999-53, residente e domiciliado nesta cidade de Campo Largo - Paraná ao final subscrito, adiante denominada simplesmente de **CONTRATANTE**, e do outro lado a empresa, adiante denominada de **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente contrato, o qual será regido pelas cláusulas e condições adiante ajustadas, que as partes mutuamente outorgam e aceitam, a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1 - Constitui objeto deste contrato pela **CONTRATADA** à **CONTRATANTE** de: prestação de serviço de consultoria no planejamento, análise da campanha de medida e definição da tipologia de carga, cálculo de fatores de responsabilidades para caracterização da carga do Sistema Elétrico, de acordo com o módulo 2 do Planejamento de expansão do Sistema Elétrico do PRODIST atendendo toda a seção 2.2, Caracterização de Carga e do Sistema Elétrico; bem como elaborar proposta de estrutura tarifária e simular a Receita requerida.

1.2 Este Contrato é decorrente do Pregão Presencial n.º 051/2015 e da PROPOSTA _____ de ____/____/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA: DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 - Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização dos serviços, bem assim para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram este Contrato, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

2.1.1 - Edital de **PREGÃO PRESENCIAL COCEL n.º 051/2015**, de 17 de setembro de 2015 e respectivos Anexos;

2.1.2 - Proposta Comercial da Contratada.

2.2 Os documentos referidos definem os direitos e as obrigações da COCEL e da CONTRATADA.

CLÁUSULA TERCEIRA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3.1 A CONTRATADA, além dos demais encargos previstos neste contrato e em seus anexos que o integram, obriga-se a:

3.1.1 – Prestação de serviço de consultoria no planejamento, análise da campanha de medida e definição da tipologia de carga, cálculo de fatores de responsabilidades para caracterização da carga do Sistema Elétrico, de acordo com o módulo 2 do Planejamento de expansão do sistema elétrico do PRODIST atendendo toda a seção 2.2, Caracterização de Carga e do Sistema Elétrico; bem como elaborar proposta de estrutura tarifária e simular a Receita requerida (parcela B³, parcela A e itens financeiros).

3.1.2. – No tocante a Estrutura Tarifária:

3.1.2.1 Caracterização da Carga: inclui o suporte à Campanha de Medidas, com análise da sazonalidade da carga e período de carga máxima do sistema e definição da melhor época de medição, definição e sorteio da amostra, acompanhamento da execução da campanha, análises das medições e definição das curvas típicas.

3.1.2.1.1 Análise de amostra BT de até 950 UC's.

3.1.2.1.2 A CONTRATADA deverá incluir também a elaboração dos Relatórios de Campanha de medidas e de Tipologia de Carga com estruturação dos dados no padrão solicitado pela ANEEL, em atendimento às regras definidas no PRODIST.

3.1.2.2 Cálculo dos Custos das Redes: a CONTRATADA deverá orientar o levantamento das informações necessárias ao cálculo do custo de reposição para o cálculo dos custos das redes de distribuição por nível de tensão. Os consultores deverão orientar a COCEL no atendimento a todas as solicitações da ANEEL no que se refere ao cálculo dos Custos médios das redes.

3.1.2.3 Cálculo dos Custos de Uso do Sistema de distribuição: A partir dos custos de reposição das redes e da caracterização da carga de cliente e redes deverão ser calculados pelos consultores os Custos de Uso do Sistema de Distribuição de cada cliente tipo. Nesta etapa, se necessário, deverão ser realizadas simulações dos custos com redes desmoduladas para avaliação da melhor alternativa para proposta do sinal econômico.

3.1.2.4 Proposta de estrutura tarifária: Definidos os Custos de Uso do sistema de distribuição deverão ser feitas as simulações de impacto tarifário, e elaborada proposta de Estrutura tarifária em conjunto com a equipe da COCEL, considerando a definição do "período de ponta"; relação entre os postos Ponta e Fora de ponta para tarifas da alta tensão e também propostas para a tarifa Branca, considerando as flexibilizações permitidas pelo regulador.

³ Não inclui Base de Remuneração

3.1.2.5 Suporte à contribuição na Audiência Pública: A consultoria deverá analisar a contraproposta da ANEEL referente à Estrutura Tarifária dando suporte técnico à contribuição da concessionária na Audiência Pública até o fechamento do processo de revisão, inclusive no caso de recurso administrativo.

3.1.3. – No tocante as Perdas Técnicas Regulatórias:

3.1.3.1 Extração dos dados: A CONTRATADA deverá orientar a COCEL para a extração dos dados do sistema o qual a rede de distribuição está representada.

3.1.3.2 Análise de compatibilidade da rede elétrica: a CONTRATADA deverá realizar análise prévia para verificação da integridade física da rede (faseamento, ilhamentos, conexões e outros).

3.1.3.3 Simulação prévia das perdas técnicas regulatórias: deverá realizar a simulação prévia antes da entrega das informações à ANEEL.

3.1.3.4 Preparação dos dados para exportação no formato ANEEL.

3.1.3.5 Suporte à contribuição na Audiência Pública: A CONTRATADA deverá analisar a contraproposta da ANEEL referente à definição das Perdas Regulatórias dando suporte técnico à contribuição da concessionária na Audiência Pública até o fechamento do processo de revisão , inclusive no caso de recurso administrativo.

3.1.4 No tocante ao Nível Tarifário – Cálculo da Receita Requerida:

3.1.4.1 Cálculo da Parcela A: Considerando as regras previstas no Contrato de Concessão e nos PRORET's, e considerando modelo, deverão ser calculados os itens de custo:

3.1.4.2 Base Econômica:

- a)** Compra de Energia – CE: considerando os contratos de energia, regras de limites de repasse e as perdas regulatórias definidas no módulo anterior;
- b)** Transporte de Energia- CT: considerando as regras de repasse dos itens de custo como CUST, CUSD, Conexão, os que houverem;
- c)** Encargos setoriais – CES: considerando os valores homologados para a COCEL.

3.1.4.3 Base Financeira:

- a)** Contas de Valores da Parcela A- CVA: considerando a regulamentação vigente, conferindo os valores acompanhados pela empresa e simulando valores a serem considerados no processo;

- b)** Neutralidade de encargos: considerando a regulamentação vigente, conferindo os valores acompanhados pela empresa e simulando valores a serem considerados no processo;
- c)** Saldo da CVA a compensar do ano anterior: considerando a regulamentação vigente, conferindo os valores acompanhados pela empresa e simulando valores a serem considerados no processo;
- d)** Sobrecontratação e ajuste financeiro de curto prazo, se houver;
- e)** Demais itens.

3.1.4.4 Cálculo da Parcela B: Considerando a metodologia aprovada para o 4º CRTP, a CONTRATADA deverá calcular com base nas informações da COCEL:

3.1.4.4.1 Para a definição do CO:

- a)** Custos Operacionais- CO;
- b)** Receitas Irrecuperáveis- RI;
- c)** Outras receitas – OR.

3.1.4.4.2 Para a definição do CAA, considerando a Base de Remuneração Regulatória e o percentual de depreciação regulatória apurada pela COCEL:

- a)** Remuneração do Capital – RC;
- b)** Quota de Reintegração Regulatória- QR;
- c)** Custo Anual dos Bens Móveis e Imóveis-CAIMI.

3.1.4.5 Definição da Receita Requerida: Cálculo da Receita Requerida, da Receita Verificada e do índice final de Reposicionamento.

3.1.4.6 Suporte à contribuição na Audiência Pública: A CONTRATADA deverá analisar a contraproposta da ANEEL referente à definição dos itens acima referentes ao Nível tarifário e definição da Receita requerida⁴, dando suporte técnico à contribuição da concessionária na Audiência Pública até o fechamento do processo de revisão. inclusive no caso de recurso administrativo.

3.1.5 No tocante a Análise de impacto :

3.1.5.1 Abertura Tarifária: Considerando a estrutura definida e o nível de receita a CONTRATADA deverá simular a abertura das tarifas nas componentes tarifárias por item de custo da TUSD e TE, na Base econômica, Base financeira e CVA.

⁴ Exceto questões de Base de Remuneração e quota de depreciação não cobertos neste escopo

3.1.5.2 Análise de Impacto: Com o mercado do período de referência referente às componentes de TUSD e TE e as tarifas definidas, a CONTRATADA deverá apurar o efeito para os clientes por tensão e subgrupo tarifário.

3.1.5.3 Controle de financeiros ciclo 2016-2017: A CONTRATADA deverá elaborar planilha de controle de financeiros para o ciclo posterior.

CLÁUSULA QUARTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.1 Constituem obrigações da **CONTRATANTE** durante a vigência do presente contrato:

4.1.1 - Fornecer à **CONTRATADA** informações e especificações necessárias à correta execução dos serviços.

4.1.2 - Esclarecer à **CONTRATADA**, em tempo hábil, toda e qualquer dúvida com referência a execução dos serviços.

4.1.3 - Efetuar à **CONTRATADA** o pagamento na época de sua exigibilidade.

4.1.3.1 – Se o pagamento for feito com atraso por culpa da COCEL, este será acrescido de juros de 1% (um por cento) ao mês, calculado pro rata temporis.

CLÁUSULA QUINTA: PRAZO DE VIGÊNCIA E FORMA DE PAGAMENTO

5.1 – O presente contrato tem vigência de 11(onze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado a critério da **CONTRATANTE**, por iguais e sucessivos períodos em até o limite máximo de 24 (vinte e quatro) meses, conforme faculta o artigo 57, inciso II da Lei 8.666/93.

5.1.1 – Havendo prorrogação do presente contrato o mesmo será reajustado pelo IGPM ou outro índice que vier a substituí-lo.

5.2 - O pagamento do objeto da presente licitação será efetuado no valor de 11 (onze) parcelas mensais e iguais, mediante apresentação da nota fiscal à **CONTRATANTE**, apuráveis através da competente medição e fiscalização do Gestor do Contrato.

5.3 - A COCEL reserva-se o direito de descontar do faturamento mensal os débitos da CONTRATADA e as multas previstas na CLÁUSULA SEXTA.

CLÁUSULA SEXTA: PENALIDADES

6.1 – A inexecução parcial ou total do contrato, importará à **CONTRATADA** a suspensão do direito de licitar com a **CONTRATANTE** por um período de até 05 (cinco) anos, contados da aplicação de tal medida punitiva, bem como a multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato.

6.2 – Será propiciada defesa à **CONTRATADA** antes da imposição das penalidades elencadas nos itens precedentes.

6.3 - O valor da multa aplicada, após o regular processo administrativo, será descontada dos pagamentos devidos pelo **CONTRATANTE** ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA SÉTIMA: ALTERAÇÃO DO CONTRATO

7.1 - Este Contrato poderá ser alterado nos casos previstos no artigo 65, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA: RESCISÃO CONTRATUAL

8.1 - A **CONTRATANTE** poderá rescindir o contrato, de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que assista ao **CONTRATADO** qualquer direito a indenização, nas hipóteses previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei n.º 8.666/93.

8.2 - A rescisão do contrato poderá se dar sob qualquer das formas delineadas no art. 79 da Lei n.º 8.666/93.

8.3 - No caso de rescisão de Contrato, o contratado terá direito a receber os valores comprovadamente devidos até a data da rescisão, sem que haja qualquer direito à reclamação ou indenização.

CLÁUSULA NONA - SUBCONTRATAÇÕES

9.1 A **CONTRATADA** não poderá subcontratar, totalmente ou parcialmente o objeto deste contrato.

9.2 Não serão admitidos consórcios, associações, cessões ou transferência, fusão, cisão ou incorporação para a prestação dos serviços relativos a esta contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA: LEIS E REGULAMENTOS

10.1 - A **CONTRATADA** será responsável e indenizará a COCEL e seus agentes representantes contra quaisquer reivindicações, exigências, ações, danos, custos, débitos ou despesas provenientes de transgressão ou alegada transgressão de leis ou nelas baseadas, inclusive por quaisquer ordens ou instrumentos, tanto suas como de seus profissionais. A **CONTRATADA** será debitada de todas as despesas, honorários e depósitos que possam ser requeridos em cumprimento a lei, relativos à prestação dos SERVIÇOS para cumprimento deste CONTRATO.

10.2 - Aplicam-se a este contrato as disposições das Leis n.ºs 8.666/93, e 10.520/02, e suas alterações posteriores, que regulamenta as licitações e contratações promovidas pela Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: NOVAÇÃO

11.1 - A não utilização por parte da COCEL, de quaisquer direitos a ela assegurados neste CONTRATO ou na Lei, em geral, ou a não aplicação de quaisquer sanções neles previstas, não importa em novação quanto a seus termos, não devendo, portanto, ser interpretada como renúncia ou desistência de aplicação ou de ações futuras. Todos os recursos postos à disposição da COCEL neste Contrato serão considerados como cumulativos, e não alternativos, inclusive em relação a dispositivos legais.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: VALOR DO CONTRATO

12.1 - Considerando a proposta comercial apresentada, o presente contrato é fixado no valor global de R\$ (.....), para todos os legais e jurídicos efeitos.

12.2 Os pagamentos serão efetuados pela COCEL em reais, com recursos vinculados ao orçamento anual, vinculados às seguintes classificações contábeis:

Item orçamentário	Conta Contábil
13218	1984

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: GESTOR DO CONTRATO

13.1 - Para efeitos deste Contrato, a COCEL designa como gestor o Gerente do Departamento XXXXXX, Sr. XXXX.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: FORO

14.1 - Para dirimir eventuais controvérsias oriundas do presente Contrato, as partes elegem o foro da Comarca de Campo Largo – PR, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que se apresente.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam o presente CONTRATO na data abaixo indicada, em 02 (duas) vias de igual teor e rubricam os demais documentos de Contrato, os quais foram lidos, achados conforme e aceitos, na presença das testemunhas que também o assinam.

Campo Largo, de de 2015.

COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA – COCEL
Emidio Pianaro Junior – Diretor Presidente

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

GESTOR DO CONTRATO:

Nome: